

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA¹

Maria Dilma Lima²

Acadêmica de Pedagogia - UFMA/CCSST / Email: dilma.maria30@hotmail.com

Elzimeire Silva Coelho e Dayana Simplício dos Santos³

Acadêmicas de Pedagogia - UFMA/CCSST / Emails: zita_coelho@hotmail.com /
dayana.jpada@hotmail.com

Prof^a MSc. Eloiza Marinho dos Santos⁴ - UFMA/CCSST

Email: eloped.sup@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em escolas públicas do município de Imperatriz/MA como uma ferramenta de gestão democrática e exercício de autonomia das escolas. Realizou-se a pesquisa em duas escolas públicas, uma da rede estadual outra da rede municipal de educação que teve como base estudos realizados na disciplina de Gestão e Organização de Sistemas Educacionais. Com abordagem qualitativa, coletamos informações através de entrevistas e observação. Pretendeu-se apresentar a relação entre a teoria e a prática no processo de construção e efetivação do PPP no cotidiano das escolas. Constatamos as dificuldades em exercer uma gestão democrática, reflexo de uma cultura de não participação dos envolvidos no processo das tomadas de decisão, mas constatamos também que há avanços em algumas escolas que conseguem construir o PPP com participação coletiva.

Palavras-chave: Gestão democrática. Planejamento. Projeto Político-Pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), bem como os embates e dificuldades que rondam a utilização desse documento por parte de alguns profissionais da educação.

Assim, durante todo o processo de construção desta pesquisa pretendemos não somente apresentar os fundamentos teóricos do tema em discussão, mas estabelecer uma relação entre a teoria e a prática realizada nas escolas públicas. Também entender como ocorre o processo de construção do PPP em escolas de diferentes sistemas de ensino, como o municipal e o estadual. Procedendo dessa maneira, acredita-se na capacidade crítica que um estudo como este pode promover na vida acadêmica de alunos do curso de Pedagogia.

2 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

¹ Trabalho curricular apresentado à disciplina Gestão e Organização de Sistemas Educacionais II do Curso de Pedagogia da UFMA durante o primeiro semestre do ano de 2015.

² Autora.

³ Co-autoras.

⁴ Orientadora.

O processo de descentralização da educação, através da municipalização, teoricamente garantiria maior participação popular na decisão e fiscalização das políticas, surgindo na legislação a esperança de práticas mais democráticas. Esse movimento de democratização da educação atribuiu maior responsabilidade aos estados e municípios “[...] reduzindo-se a distância entre concepção e execução e assumindo-se a lógica do mercado em sua abordagem neoliberal. (PERONI, 2003 apud SILVA, 2014, p. 6)

O fortalecimento das orientações legais conduziu a uma consolidação da concepção da gestão democrática defendida na participação da sociedade no processo de tomada de decisões nas instituições de ensino. Silva (2009, p. 98, grifo nosso) diz que: “[...] o que aponta hoje para o desenvolvimento democrático de um determinado país não é mais um número de pessoas que votam, mas os **locais**, diferente dos locais políticos, onde os cidadãos exercem o poder dos eleitores”. Esse pensamento destaca a necessidade de ampliar o direito de participação por parte daqueles que estão na base da pirâmide social, sendo a escola, um desses espaços privilegiados que possibilita à população participar de forma mais efetiva nas decisões políticas através dos dispositivos democráticos.

A mobilização da comunidade para participar dos assuntos ligados à escola é, nesse contexto, exercício da gestão democrática. Porém, a participação pode também apresentar-se como contribuição para controle e acompanhamento das metas previamente definidas pelo Estado, do que efetivamente para a definição e consecução dos objetivos oriundos das necessidades da sociedade.

Nessa perspectiva, promover a gestão democrática na escola não tem sido uma tarefa fácil. Esse processo perpassa por uma série de questões que vão desde a imposição legal até a incorporação por parte dos gestores da vivência democrática na escola. A necessidade de implantação da gestão democrática no ambiente escolar vem sendo discutida através da garantia de acesso à escolaridade básica, estendendo-se à busca pela melhoria na qualidade do ensino público.

3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E REVISÃO DOS PPPs NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA

Para que a escola tenha um bom direcionamento de suas ações é necessário o planejamento daquilo que ela deseja desenvolver e essa ação dá-se por meio do planejamento das práticas pedagógica que acontecem no interior da instituição de ensino como de organizar as ações para o alcance dos objetivos definidos. Nesse sentido Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 346) afirmam que “O projeto expressa, pois, uma atitude pedagógica, que consiste em dar um sentido, um rumo,

às práticas educativas, onde quer que sejam realizadas, e firmar as condições organizativas e metodológicas para a viabilidade da atividade educativa”.

Com a finalidade de compreender como se dá o processo de construção de um PPP, realizou-se a pesquisa em duas escolas públicas da rede municipal e estadual do município de Imperatriz-MA, onde foram entrevistadas uma coordenadora pedagógica de cada escola. Respeitando a identidade das escolas e das pessoas entrevistadas, atribuiu-se a cada uma delas nomes fictícios que são respectivamente: Escola Municipal Emília Ferreiro e Centro de Ensino Florestan Fernandes.

O roteiro de perguntas seguido durante a entrevista com as coordenadoras pedagógicas das respectivas escolas foi o mesmo. O intuito desse procedimento foi comparar as dinâmicas existentes no processo de construção dos PPPs em sistemas (municipal e estadual) totalmente diferentes e ao mesmo tempo muito parecidos por serem financiados pela mesma fonte (pública).

3.1 PPP na Escola Municipal Emília Ferreiro

Comparada a uma escola onde a gestão é democrática e participativa e que na construção do PPP considera a opinião dos representantes da comunidade escolar, cujo projeto apresenta a preocupação em contribuir para melhorar a aprendizagem dos alunos, encontra-se a Escola Municipal Emília Ferreiro. Essa escola, mesmo com a coordenação pedagógica comprometida em melhorar o desenvolvimento escolar dos alunos e as práticas pedagógicas dos professores, encontra muitas dificuldades em envolver o corpo docente na revisão e execução do projeto.

Enfrentando dificuldades para convocar a comunidade a participar das ações, a Escola Municipal Emília Ferreiro, trabalhou com pequenas iniciativas, tais como: “Bazar na Escola”; realização de reuniões ao final da tarde oferecendo lanches e plantões pedagógicos. Esses foram os meios que a escola usou, inicialmente em 2011, para atrair os pais para a escola a fim de participarem da vida escolar dos filhos e contribuírem com a formulação do projeto que organizaria a vida da escola e a melhoria do ensino.

O PPP desta escola foi elaborado para um período de três anos, revisado anualmente e é conduzido pela coordenadora pedagógica com a participação de representantes de pais, professores, alunos e também do pessoal de serviços gerais da escola. O que se observou nessa escola é que a participação docente é mínima, apesar de inúmeras tentativas serem feitas para esse fim. Talvez essa

dificuldade estabeleça-se no pensamento de que os professores têm que trabalhar mais, mas que na realidade Veiga (2004, p. 17) esclarece que:

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Mesmo a escola tendo iniciado suas atividades em 2008, somente em 2011 a equipe conseguiu dar início ao PPP; não havia pessoas que se disponibilizassem a ajudar. Apesar de ter um documento formulado com revisão periódica, o trabalho pedagógico de revisão com os professores se configura uma prática muito difícil, porque falta interesse dos docentes em estudar e praticar o que diz o PPP. Segundo a entrevistada, existem discussões durante o planejamento reservado aos professores, que são incluídos temas do PPP para serem debatidos, mas que os próprios professores por não se envolverem na revisão do projeto, não identificam que tais discussões estavam planejadas.

Como diz Gandin e Gandin (2011), participação não é apenas colaborar ou ajudar na tomada de decisões; participar é usufruir dos bens produzidos. O professor tem que conscientizar-se do seu dever em proporcionar a aprendizagem e para isso deve levar em consideração o PPP de sua escola e não fazer como a coordenadora pedagógica repassou: “Nem todos os professores tem a iniciativa de usar o projeto como base de orientação para as suas ações em sala de aula.”

A coordenadora se mostrou bastante consciente da missão da escola, que segundo ela é educar para a vida, de sua função enquanto coordenadora pedagógica e das dificuldades que encontra para realizar seu trabalho. Sua fundamentação a respeito das concepções teóricas não se baseia no achismo, ela apropria-se de uma rica literatura, baseando-se em autores como Elizabeth Teixeira, Celso Vasconcelos, Luckesi, Libâneo e também na LDB. Para ela, todos os elementos que constam na revisão do projeto são transitórios, pois não existem elementos permanentes, tendo em vista a existência de uma busca constante para adequar as demandas da sociedade ao processo educativo. Cada escola possui suas peculiaridades, mas depende do engajamento de todos os envolvidos para que as dificuldades sejam superadas e as necessidades atendidas.

3.2 PPP no Centro de Ensino Florestan Fernandes

O Centro de Ensino Florestan Fernandes define o homem como “[...] um sujeito histórico, produto e produtor das relações econômicas, sociais, culturais e políticas, que transforma e é transformado pelos conflitos estabelecidos entre as diferentes classes sociais, pela participação no processo educativo” (CENTRO DE ENSINO FLORESTAN FERNANDES, 2015). Nesse contexto, com base na concepção definida, a escola estabeleceu como missão “oferecer um ensino de qualidade, desenvolvendo valores éticos e morais, promovendo o crescimento integral do aluno, contemplando o trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para que este prossiga em seus estudos, inserindo-se no mercado de trabalho, favorecendo o exercício para a cidadania.” (CENTRO DE ENSINO FLORESTAN FERNANDES, 2015).

Percebeu-se, durante a entrevista realizada com a equipe da coordenação pedagógica, a importância que a comunidade escolar dessa instituição dispensa ao planejamento como base para suas práticas educativas. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 471) dizem que, “O planejamento do trabalho possibilita uma previsão de tudo o que se fará com relação aos vários aspectos da organização escolar e prioriza as atividades que necessitam de maior atenção no ano em que ele se refere.” Ou seja, o PPP deve ser revisado anualmente para poder atender às necessidades e inovações emergentes em cada ano.

De acordo com o que foi informado, o processo de construção do PPP desta escola teve início em 2010, encabeçado pelo então diretor da instituição e pela equipe pedagógica. Foi revisado em 2013 e atualmente está sendo revisado a fim de agregar as mudanças advindas das novas diretrizes curriculares do ensino médio e das diretrizes estaduais. Para a revisão do projeto a coordenação pedagógica reúne os representantes (gestores, coordenadores, professores, administrativo, aluno, pai de aluno e o colegiado escolar) dos segmentos da escola que devem conversar com seus segmentos e trazer as demandas de toda a comunidade escolar, com o intuito de auxiliar nas tomadas de decisões.

De acordo com a coordenadora, a escola em questão leva em consideração a realidade da comunidade a que ela faz parte. Assim ela diz:

Antes eram modelos não tão voltados para a realidade da comunidade, mas agora a gente tá sentando um pouco mais para ver mais dessa realidade específica, pra que o PPP fique mais a cara da escola, que seja um documento que a gente se veja dentro dele e que ele seja mais manuseado. Estamos tentando incluir no PPP projetos interdisciplinares e de qualidade de vida. Hoje todos estão falando a mesma língua. Uma vez por semana nos reunimos para conversar sobre essas questões e para estudar um caderno específico; estamos dialogando e

nos conhecendo mais, porque se há um diálogo nós conseguiremos colocar no papel o que todos estão pensando.

Ao pensar numa proposta de trabalho, a escola precisa observar o que acontece ao seu redor e qual a realidade de seus docentes e discentes para que haja interação entre o que está proposto e as necessidades de seus usuários. Assim, além das questões legais, a revisão do PPP da escola dá-se também pela preocupação com o bem estar do aluno e pelo desejo de incluir projetos que valorizem a diversidade cultural e que promovam ações que levem a boa qualidade da educação, tornando-o realmente a identidade da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPP, como uma das construções que caracterizam o modelo de gestão democrática e autônoma das escolas, ainda será tema de debates por muito tempo. Analisando as teorias que discutem o processo de construção do PPP, assim como a experiência das escolas pesquisadas, suas finalidades e os resultados possíveis, quando ele é construído refletindo coletivamente a realidade, sua importância torna-se inquestionável e indispensável para o cotidiano da escola.

Durante a elaboração do trabalho foram comparadas, as fundamentações teóricas com as práticas de construção do PPP e concluiu-se, que os desafios para essa construção são diversos. Os discursos dos gestores são coerentes com as teorias, mas sua efetivação prática varia de escola para escola e é perceptível que a maioria delas parece seguir na contramão do discurso. Mobilizar e motivar professores a participarem desse processo tem sido o maior dos desafios, quando se tem a pretensão de realizar um trabalho sério e comprometido com uma gestão democrática.

Observa-se uma ausência de participação nas decisões, por parte não somente da comunidade, mas também da maioria dos profissionais. Muitos interpretam esse trabalho de construção como uma tarefa burocrática, que não trará benefícios a suas práticas e, portanto, não veem a necessidade de participar.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ENSINO FLORESTAN FERNANDES. Projeto político-pedagógico. Imperatriz, 2015.

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político pedagógico**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Alison Fagner de Souza e. **Reforma do aparelho do estado e políticas educacionais:** um estudo sobre o processo de descentralização na educação no estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes>. Disponível em: 19 nov. 2014.

SILVA, Nilson Robson Guedes. Gestão democrática: uma contextualização do tema. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6, p. 91-106, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/306>. Acesso em: 02 maio 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior:** projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2004.